



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DO RIO GRANDE DO NORTE  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

DELIBERAÇÃO Nº. 01/2010-CONSEPEX

Natal, 16 de julho de 2010.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que este Conselho, reunido ordinariamente nesta data, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 13 do Estatuto do IFRN,


**CONSIDERANDO**

a proposta deste Instituto Federal – Campus João Câmara apresentada ao Edital de Seleção nº 02/2010-MEC/SECAD/DPEJA, nos termos da Resolução FNDE nº. 48, de 28 de novembro de 2008, conforme consta no Processo nº. 23134.009648.2010-11, de 8 de julho de 2010.

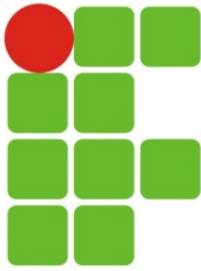
**DELIBERA:**

**I – APROVAR**, na forma do anexo, o projeto pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Organização e Gestão Escolar para as modalidades de Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos, na modalidade presencial, a ser ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, e o projeto de autorização de funcionamento do referido curso no *Campus* João Câmara.

**II – PROPOR** ao Conselho Superior a criação do curso no âmbito do IFRN, bem como a autorização de seu funcionamento no *Campus* João Câmara deste Instituto Federal, a partir do segundo semestre de 2010.

  
BELCHIOR DE OLIVEIRA ROCHA  
Presidente





INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
RIO GRANDE DO NORTE

*Projeto Pedagógico do Curso  
de Pós-Graduação Lato Sensu em  
Organização e Gestão  
Escolar para as  
Modalidades de Educação  
do Campo e Educação de  
Jovens e Adultos  
na modalidade presencial*

[www.ifrn.edu.br](http://www.ifrn.edu.br)



*Projeto Pedagógico do Curso  
de Pós- Graduação Lato Sensu em  
Organização e Gestão Escolar  
para as Modalidades de  
Educação do Campo e  
Educação de Jovens e Adultos  
na modalidade presencial*

*Área de conhecimento:  
Ciências Humanas  
(CAPES/CNPq)*

**Belchior de Oliveira Rocha**  
REITOR

**Anna Catharina da Costa Dantas**  
PRÓ-REITORA DE ENSINO

**Márcio Adriano de Azevedo**  
COORDENAÇÃO GERAL

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO:

**Márcio Adriano de Azevedo**  
**Pauleany Simões de Moraes**

# SUMÁRIO

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO</b>	<b>3</b>
<b>2. JUSTIFICATIVA</b>	<b>3</b>
<b>3. OBJETIVOS</b>	<b>7</b>
<b>4. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO</b>	<b>7</b>
<b>5. CONCEPÇÃO DO CURSO E PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO</b>	<b>8</b>
<b>6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO</b>	<b>8</b>
<b>6.1. ESTRUTURA CURRICULAR</b>	<b>8</b>
<b>6.2. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO</b>	<b>9</b>
<b>6.3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PREVISTAS</b>	<b>9</b>
<b>6.4. ATIVIDADES COMPLEMENTARES</b>	<b>9</b>
<b>7. INDICADORES DE DESEMPENHO</b>	<b>10</b>
<b>8. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM</b>	<b>10</b>
<b>9. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIA</b>	<b>10</b>
<b>9.1. BIBLIOTECA</b>	<b>11</b>
<b>10. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO</b>	<b>13</b>
<b>11. CERTIFICADOS E DIPLOMAS</b>	<b>13</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>14</b>
<b>ANEXO I – EMENTAS E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS</b>	<b>16</b>

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

**NOME DO CURSO:** Especialização em Organização e Gestão Escolar para a Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos (Pós-Graduação *Lato Sensu*).

Atende à Resolução CNE/CES nº. 1, de 08 de junho de 2007, assim como a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

**ÁREA DE CONHECIMENTO:** Ciências Humanas

**FORMA DE OFERTA:** Presencial

De acordo com a Portaria nº. 4.059, de 10 de dezembro de 2004.

## 2. JUSTIFICATIVA

É fundamental que se implemente iniciativas voltadas à Educação do Campo e à Educação de Jovens e Adultos (EJA), de modo a contemplar aspectos da diversidade sócio-política e cultural dos sujeitos que moram, trabalham e estudam no campo, bem como a elevação da escolaridade com profissionalização no sentido de contribuir para a integração sociolaboral de um grande contingente de cidadãos cerceados no seu direito de cursar e de concluir a Educação Básica com qualidade social. Segundo o Projeto Saberes da Terra a universalização da educação básica é deve ser um dos principais objetivos das políticas de educação, sobretudo daquela que orientam as ações específicas para os sujeitos do campo, conforme respaldam as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002).

Grupos sociais historicamente desfavorecidos, que não se beneficiaram da expansão do sistema educacional verificada nas últimas três décadas, como jovens, adultos e idosos analfabetos ou com baixa escolaridade, afrodescendentes, populações do campo (agricultores familiares, indígenas, caiçaras, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas), crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, população prisional, adolescentes e jovens privados de liberdade e internos em instituições sócio-educativas são agora beneficiários de um conjunto de políticas voltadas a garantir o direito à educação para todos.

Nesse sentido, se constitui em importante iniciativa a proposta do Instituto Federal do Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) - Campus João Câmara, a oferta de Especialização *Lato Sensu* em **Organização e Gestão Escolar** voltada às particularidades da Educação do Campo e da Educação de Jovens e Adultos, sobretudo em se tratando de atender ao público-alvo de uma região do Mato Grande – onde está situada a instituição – marcada por desafios político-pedagógicos, como o analfabetismo de crianças, jovens e adultos, principalmente aqueles que vivem nos assentamentos e nas comunidades rurais.

A região do Mato Grande é constituída por 15 municípios: Bento Fernandes, Jandaíra, *João Câmara*, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso, Taipu, Touros, Caiçara do Norte, São Bento do Norte e Ceará-Mirim, tendo uma população de 203.507 habitantes, dos quais 98.128 residem na zona urbana e 105.379 residem no setor rural. São municípios caracterizados por uma população inferior a 10.000 habitantes, cujas matrizes socioeconômicas, políticas e culturais são predominantemente *rurais*<sup>1</sup>, conforme mostra o Plano de Desenvolvimento

---

<sup>1</sup> “Um aspecto que não pode ser esquecido e que teve grande importância na reestruturação e ocupação espacial da região nos últimos anos é a política de reforma agrária, implementada pelos governos federal e estadual, através da estratégia de assentamentos rurais. O fato de o território estar inserido numa área historicamente de grande concentração fundiária motivou os movimentos sociais a realizarem uma forte ação na região que culminou com a desapropriação de muitas terras que foram convertidas em áreas de assentamentos de reforma agrária. Conforme informações contidas no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte, das

Sustentável do território do Mato Grande (RIO GRANDE DO NORTE, 2006). Estudos destacam que a região se destaca estrategicamente em sua geopolítica estratégica, visto que se localiza no ponto mais próximo do continente europeu, tendo, ainda, três dos principais eixos rodoviários do Estado, que convergem para a “[...] estrutura portuária e aeroviária de Natal, possibilitando o transporte de produtos em poucas horas para a Capital do Estado”. (BRASIL, 2005c, p. 16)

Mesmo apresentando uma posição estratégica, as perspectivas de desenvolvimento na Região são preocupantes, sobretudo no que concerne à dimensão socioeconômica, cujos dados apresentam uma determinada estagnação. Segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região (RIO GRANDE DO NORTE (2006), o índice de Desenvolvimento Humano do Mato Grande apresenta-se na média de 0,625, situando-se bem aquém do município do Natal (0,7873) e do Estado do Rio Grande do Norte (0,702). Essa situação provoca, entre outros problemas, uma tendência acentuada de migração dos trabalhadores locais para a região metropolitana de Natal. “Esta migração da população agrava os problemas urbanos da grande Natal, que já tem índices preocupantes de desemprego e carência de serviços básicos para a população” (RIO GRANDE DO NORTE, 2006, p. 7).

Quando se compara os indicadores da educação nos municípios que compõem a Região do Mato Grande com aqueles do município do Natal, capital do Estado, encontramos uma situação bastante adversa. “A realidade atual aponta uma População Ativa com baixo nível de escolarização, o que certamente dificultará a inserção no mercado de trabalho mais exigente em qualificação profissional” (RIO GRANDE DO NORTE, 2006, p. 7). As atividades econômicas da Região estão associadas ao comércio, ao extrativismo e à agropecuária, com predominante tendência a um “modelo de produção com base na grande propriedade, pois a concentração fundiária da região é muito alta” (RIO GRANDE DO NORTE, 2006, p. 8). Outra atividade que desempenhou um importante potencial para o Mato Grande foi a cultura do sisal<sup>2</sup>. Entretanto, com a queda de preços da fibra, no mercado internacional, ocorreu uma desvalorização, mas que ainda pode ser potencializada, pois o território detém grandes áreas com a cultura e pode ser uma alternativa viável na medida, conforme ressalta o Plano de Desenvolvimento Sustentável (IDEM). Ainda com referência aos potenciais econômicos, percebemos que são amplas as potencialidades da região, mas as dificuldades de comercialização “[...] tem sido o grande gargalo da produção familiar, pois a inserção da produção e agregação de valor dos produtos tem sido pequena, deixando a agricultura familiar cada vez mais descapitalizada” (RIO GRANDE DO NORTE, 2006, p. 10).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Mato Grande (RIO GRANDE DO NORTE, 2006), entre os desafios que se impõem à Região, pode-se destacar a concentração de terras; os minifúndios são insuficientes para as famílias sobreviverem; dificuldades de inserção dos produtos no mercado (comercialização); degradação ambiental; irregularidade climática; elevados índices de analfabetismo no meio rural; base social pouco organizada: pequeno número de organizações com atuação efetiva no território; baixo nível de associativismo; ingerência política; falta de integração institucional; migração da população rural para a zona urbana; falta de uma política adequada para preservação das sementes tradicionais; baixo índice de cobertura da Assistência Técnica Estatal; insuficiência de cursos profissionalizantes; falta de capacitação e de educação voltada para a Agricultura Familiar; entre outros.

---

13.857 famílias assentadas pelo INCRA no Estado desde 1987, 34% delas foram para assentamentos localizados, principalmente, em João Câmara e Touros. Sabe-se, todavia, que a maioria desses assentamentos enfrenta sérias dificuldades para sua auto-sustentação, em virtude de praticar uma agricultura de baixos níveis educacionais e tecnológicos, resultando produtos de pequena densidade financeira e dependente do regime de chuvas, mas, mesmo assim, provocou alteração na dinâmica demográfica com repercussão mais significativa nas áreas rurais” (BRASIL, 2005c, p. 29-30).

<sup>2</sup> “O sisal foi outra importante atividade econômica até o início dos anos 70, vindo a região do Mato Grande a ser a principal produtora dessa fibra e a cidade de João Câmara seu grande pólo de beneficiamento e comercialização. Mas, questões de mercado determinaram seu declínio e estagnação. As crises sucessivas do algodão e do sisal foram sempre ligadas às conjunturas do mercado internacional e às políticas econômicas, muitas vezes desfavoráveis à produção interna, ao mesmo tempo em que 50 facilitavam as importações do exterior” (BRASIL, 2005, p. 50).

Com relação às ameaças, percebemos que são enfatizadas: a burocracia no acesso ao crédito para Agricultura Familiar; falta de política agrícola e políticas de desenvolvimento rural; política de Crédito nem sempre adequada à realidade do Território; endividamento dos agricultores; sucateamento da Assistência Técnica; os governos municipais têm pouca credibilidade política e são ineficientes nos serviços básicos que oferecem; redução dos recursos públicos; linhas de crédito inadequado à realidade regional; entre outros. Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento Sustentável ressalta que as políticas públicas e iniciativas governamentais e não governamentais, bem como a sociedade civil organizada situa-se num contexto de enfretamento político, econômico, social e cultural, que exigem práticas e ressignificações no campo da gestão pública, estratégica, ambiental, de pessoas, de processos, entre outras, imprimindo a necessidade de maior conscientização ambiental; aproveitamento Tecnologia – cadeia produtiva estratégica; modernização/descentralização das estruturas políticas; ampliação e continuidade de financiamento; *financiamento em áreas de educação tecnológica/turismo*; emergências de novas instituições voltadas para o desenvolvimento regional; ampliação de editais para Projetos; ampliação do mercado para Agricultura Familiar através das feiras e da Central de Comercialização em Natal; consórcios entre Prefeituras para projetos estratégicos; ampliação do processo de formação em agroecologia e práticas de conservação do patrimônio natural do território; Linhas de Crédito do PRONAF e outras fontes; turismo rural, etc. Um estudo propositivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2005c) já sinalizava sobre esses enfretamentos em torno da Região do Mato Grande, ressaltando, inclusive, a necessidade de se dinamizar e de implementar ações de capacitação em gestão de projetos produtivos, de fortalecimentos dos mecanismos de participação e da existência de núcleos em educação, ciência e tecnologia. O estudo mostra também que essa dinamização exige “diferentes formas de gestão praticadas, sejam associativas ou de controle social via conselhos. Verificamos que a fragilidade desses mecanismos tem obstaculizado o desenvolvimento local” (BRASIL, 2005c, p. 79).

A educação rural, no Brasil, historicamente, é marcada por uma profunda negação de direitos e os segmentos da população a qual se destina não participam das decisões que poderiam possibilitar voltar para um projeto compatível com sua identidade sociocultural. Nas últimas décadas, a educação para esses segmentos foi submetida à estratégia político-ideológica por parte do Estado, orientada por agentes financiadores externos, ligados aos interesses do latifúndio e do agronegócio. A reforma educativa dos anos de 1990, no contexto da América Latina e Caribe e, em particular, no Brasil, provocou transformações nas políticas de educação, que norteadas por compromissos internacionais – Jomtien e outros –, objetivavam imprimir uma concepção de educação pautada nos interesses do capital.

No mesmo contexto educacional, os movimentos sociais articularam-se, em nível nacional, e desencadearam um grande debate em torno de um projeto de educação que considerasse a pluralidade e as especificidades dos sujeitos que vivem e continuam resistindo para morar no campo, visando a construir uma identidade própria de educação, intitulada por seus propositores como a *Educação do Campo*, fundamentando alguns princípios e concepções pedagógicas para a educação especificamente nesse setor, como o respeito à diversidade cultural e necessidades específicas do fazer pedagógico dos seus sujeitos. Nessa perspectiva, elaboraram-se as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovadas em 2002, pelo MEC/CNE e, assim,

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social com as realizações da sociedade humana (BRASIL, 2002, p. 4-5).



A partir desse momento, as discussões têm optado por suprimir o termo *educação rural* – quando se alude ao espaço geográfico –, para que se enfatize também a importância dos sujeitos do campo, em sua dinâmica e interações, como orienta o referido documento. No contexto da reforma educativa brasileira, nos anos de 1990, a aprovação da LDB, Lei nº 9.394/96, apresentou particularidades na organização da educação do campo, criando espaço para um debate específico, apesar de muitas questões ainda não estarem definidas na maioria dos projetos pedagógicos quanto às particularidades das escolas situadas no campo, o que não é diferente para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Sobre essa particularidade, percebemos que as diretrizes curriculares nacionais para essa modalidade, tratam de princípios que devem nortear a organização e os processos de gestão e de ensino-aprendizagem, a saber:

Princípio da Equidade (a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação).

Princípio da Diferença (a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores).

Princípio da Proporcionalidade (a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da EJA com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica).

Proposição de Modelo Pedagógico Próprio (apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais).

Para Gadotti (2003) a escola atual não foi pensada como “*Escola de EJA*”, pois geralmente *não apresenta*: a) *uma estrutura adequada*; b) *um projeto político-pedagógica que inclua a EJA*; c) *uma concepção de EJA que estabeleça a sua especificidade não como uma carência (“suplência”) de algo, mas como uma “modalidade de educação básica”*. Segundo o autor, é preciso também tempo para promover as mudanças necessárias a superação do modelo vertical de se conceber a gestão escolar. Ademais, para que as escolas possam aderir voluntariamente, com autonomia, precisam ser respeitadas. *democracia é respeito, é levar em conta as pessoas e o que elas fizeram e fazem. É respeitar o que já existe, a experiência de cada um*” (GADOTTI, 2003, p. 2). Além de observar essas particularidades, o curso de Especialização e Gestão e Organização Escolar para a Educação do Campo e EJA ainda considerará as concepções expressas no Projeto *Saberes da Terra*, quais sejam:

**Educação do campo** - Um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em todos os níveis, incluindo a modalidade educação de jovens e adultos compõem o documento Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (CNE/CEB,2002). O art. 2º, § Único apresenta uma compreensão de educação do campo que vincula a identidade da escola à valorização da vida camponesa, o que significa construir um paradigma solidário e sustentável nas relações entre a educação, agricultura familiar e os demais aspectos produtivos e culturais dos povos do campo. Como se vê, as Diretrizes incentivam a construção de projetos institucionais das escolas do campo que devam ser a “expressão do trabalho compartilhado” e constituindo-se num “espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho”, a fim de se buscar um “desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável” das práticas sociais dos povos do campo”. (art. 4º).

**Educação de jovens e adultos** – O documento Marco de Ação de Belém, documento síntese da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA VI apóia a definição de educação de adultos inicialmente prevista na *Recomendação de Nairobi sobre o Desenvolvimento da Educação de Adultos* de 1976 e elaborada na *Declaração de Hamburgo* de 1997, qual seja, a educação de adultos engloba "todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas adultas pela sociedade desenvolvem suas capacidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, ou as re-direcionam, para atender suas necessidades e as de sua sociedade".

Assim, tendo como referência os motivos que justificam e respaldam essa proposta, é importante mencionar ainda que a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* é um dos objetivos institucionais, conforme previsto na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que cria a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

### 3. OBJETIVOS

O curso tem como objetivo geral formar profissionais para atuar na organização e na gestão da escolar do campo, compreendendo o princípio sócio-político e pedagógico da diversidade como fundamento das práticas pedagógicas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Os objetivos específicos do curso incluem:

- Contribuir para a implementação da gestão democrática a partir da análise da política de educação e diversidade do campo, com enfoque na EJA.
- Formar profissionais especialistas na área da organização e da gestão escolar do campo por meio da ampliação de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e princípios sócio-políticos da diversidade que embasem as práticas pedagógicas na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

### 4. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O curso de Especialização em Organização Escolar para a Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos destina-se aos portadores de Diploma de graduação e atuam como professores e/ou gestores.

O acesso ao curso poderá ser feito através de processo seletivo, aberto ao público ou conveniado, para um total de 40 vagas por turma.

Portadores de Diploma de  
Graduação

Processo Seletivo



Especialização em  
Organização e Gestão Escolar para a Educação do Campo e  
Educação de Jovens e Adultos

## **5. CONCEPÇÃO DO CURSO E PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO**

Ao concluir o curso, o profissional egresso do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Organização e Gestão Escolar para a Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos será capaz de:

- Estimular o desenvolvimento sustentável como possibilidade de vida, trabalho e constituição de sujeitos cidadãos no campo;
- Fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas à modalidade de EJA no campo;
- Realizar formação continuada em metodologias e princípios político-pedagógicos voltados às especificidades do campo para educadores (as) envolvidos no Projeto;
- Produzir e distribuir materiais pedagógicos apropriados ao desenvolvimento da proposta pedagógica;
- Promover a continuidade de estudos, na modalidade EJA no campo, e a qualificação social e profissional de egressos do Programa Brasil Alfabetizado, do PROEJA e outras iniciativas.

A natureza do curso exige metodologias interdisciplinares com estratégias participativas, laboratoriais e oficinas práticas, que permitam vivenciar e atuar de modo teórico-prático, fazendo interagir as concepções da experiência interdisciplinar, que emergem e são ressignificadas no diálogo com o campo conceitual e prático.

## **6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO**

### **6.1. ESTRUTURA CURRICULAR**

A estrutura curricular do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Organização e Gestão Escolar para a Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos, na modalidade presencial, observa as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº. 9.394/96), na Resolução CNE/CES nº. 01/2007 e no Projeto Político-Pedagógico do IFRN.

Dentre os princípios e as diretrizes que fundamentam o curso, destacam-se: estética da sensibilidade; política da igualdade; ética da identidade; inter e transdisciplinaridade; contextualização; flexibilidade e intersubjetividade.

O curso está organizado por disciplinas, com uma carga-horária total de 360 horas, sendo 360 horas destinadas às disciplinas e 40 horas para trabalho de conclusão do curso. O Quadro 1 descreve a listagem de disciplinas do curso e o Anexo I apresenta as ementas e programas.

Quadro 1 – Matriz Curricular do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Organização e Gestão Escolar para a Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos.

<b>Disciplina</b>	<b>Carga-horária (horas)</b>
Território, Identidade e Cidadania	30
Seminário de pesquisa I	30
Diretrizes e princípios da educação do campo e da EJA	30
Alfabetização e letramento no contexto da EJA e da educação do campo	30
Gestão democrática na educação do campo e EJA	30
Projeto político pedagógico e diversidade	30
Organização e controle social em educação do campo e EJA	30
Coordenação pedagógica em educação do campo e EJA	30
Organização do trabalho docente em educação do campo e EJA	30
Seminário especial: trabalho e pesquisa no campo como princípios educativos	30
Seminário de pesquisa II	20
<b>Total de Carga Horária de Disciplinas</b>	<b>320</b>
Trabalho de Conclusão de Curso	40
<b>TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO CURSO</b>	<b>360</b>

## 6.2. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A carga horária total em sala de aula será de 360 horas, distribuída em 10 (dez) disciplinas presenciais e vivenciais, um Seminário especial e um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) visando à produção de um projeto de intervenção ou material didático específico para a EJA no campo. O TCC será desenvolvido ao final do curso, tendo até seis meses após a integralização das disciplinas para a sua conclusão, sendo orientado pelos professores inscritos nessa proposta ou convidados pela coordenação. Durante a produção do TCC ocorrerão dois seminários de 8 horas (cada), com o objetivo de socializar, amadurecer e fortalecer o processo de produção dos trabalhos.

## 6.3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PREVISTAS

Os recursos metodológicos a serem utilizados no curso se constituem de aulas expositivas dialógicas; seminários; trabalhos em grupo; pesquisas na web; enquetes; alternância dos espaços e ambientes das aulas, incluindo visitas às comunidades e aos assentamentos; metodologia de projetos; metodologia de resolução de problemas; estudos de caso; estudo dirigido e painéis integrados. O curso será ministrado de maneira presencial voltado à integração dos conhecimentos ministrados nas disciplinas.

A integração teoria-prática é proposta a partir de problemas em situações reais; reflexão-ação-reflexão da prática vivenciada; estudos de caso; realização de oficinas. Também promoveremos algumas atividades de extensão, visando envolver estudantes e profissionais da educação do campo e da EJA, a saber:

- Debates e discussões com personalidades da esfera pública e privada, envolvidos direta ou indiretamente com essa esfera educacional;
- Debates e discussões com representantes de instituições educacionais, associações, sindicatos e movimentos sociais;
- Realização de atividades práticas e laboratoriais e de oficinas temáticas;
- Realização de seminários temáticos relativos a cada uma das disciplinas/eixos, desenvolvidos pelos estudantes, devendo sempre resultar na produção de um trabalho de cunho científico.

Tais seminários ocorrerão além da carga horária específica do curso.

## 6.4. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Constituem-se como atividades complementares ao Curso de Especialização em Organização e Gestão Escolar para a Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos, a participação dos estudantes e professores em eventos científicos, visitas técnicas junto a organizações e entidades públicas,

desenvolvimento de estudos de caso, realização de *workshops* e colóquios sobre temáticas específicas; produção de artigos científicos e publicação em revistas digitais e impressas, participação em listas de discussão virtual destinadas a fomentar as trocas de experiências e conhecimentos entre professores estudantes e professores do curso e participação em atividades de extensão universitária e de oficinas temáticas.

## **7. INDICADORES DE DESEMPENHO**

Os seguintes indicadores de desempenho deverão ser seguidos na oferta do curso:

- Número máximo de estudantes da turma: 40.
- Índice máximo de evasão admitido: 10%.
- Produção científica: produção mínima de um artigo por professor/ano, e ao final do curso, os estudantes deverão elaborar um trabalho de conclusão de curso e apresentá-lo a uma banca examinadora.
- Média mínima de desempenho de estudantes: 60%.
- Número mínimo de estudantes para manutenção da turma: 75% do número total de estudantes que iniciaram o curso.

## **8. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

A avaliação do processo de ensino e de aprendizagem do Curso de Especialização em Organização e Gestão Escolar para a Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos deve ter como parâmetros os princípios do Projeto Político-Pedagógico, a função social e os objetivos gerais e específicos do IFRN. Além disso, deve perseguir objetivos deste curso.

A avaliação dos professores estudantes será realizada como parte integrante do processo ensino-aprendizagem, adotando as dimensões: diagnóstica, formativa e processual. Acontecerá ao longo do curso em cada disciplina, devendo permitir a reflexão-ação-reflexão da aprendizagem e a (re) construção do conhecimento. Os instrumentos de avaliação serão definidos pelos professores em consonância com a concepção cotejada. Será considerado aprovado o cursista que obtiver em cada disciplina a média igual ou superior a 60 (sessenta). O TCC deverão pontuar uma nota mínima de 60(sessenta) pontos para a aprovação.

A avaliação do corpo docente, diretivo, da organização acadêmica e administrativa e das condições gerais de funcionamento da Instituição realizada pelos professores estudantes seguirá a metodologia da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFRN, definida em Regulamento próprio, além de uma avaliação feita pelo estudante em relação ao desempenho da coordenação do curso e dos professores, bem como uma auto-avaliação, após cada disciplina. Ao final do curso, a coordenação geral produzirá um relatório das atividades desenvolvidas, a fim de subsidiar uma avaliação mais ampla da atividade e subsidiar outras atividades com essa natureza.

## **9. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIA**

O Quadro 2 a seguir apresenta a estrutura física necessária ao funcionamento do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Organização e Gestão Escolar para a Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos .

Quadro 2 – Quantificação e descrição das instalações necessárias ao funcionamento do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Organização e Gestão Escolar para a Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos.

Qtde.	Espaço Físico	Descrição
02	Salas de Aula	Com 40 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.
01	Sala de Audiovisual	Com 60 cadeiras, projetor multimídia, computador, lousa interativa, televisor 29”, DVD player.
01	Auditório	Com 160 lugares, projetor multimídia, notebook, sistema de caixas acústicas e microfones.
01	Biblioteca	Com espaço de estudos individual e em grupo, equipamentos específicos e acervo bibliográfico e de multimídia. Quanto ao acervo da biblioteca deve ser atualizado com no mínimo cinco referências das bibliografias indicadas nas ementas dos diferentes componentes curriculares do curso.
01	Sala de pesquisa	Com computadores e mesa de trabalho para apoio ao desenvolvimento de pesquisas por alunos e servidores.
01	Laboratório de Informática	Com 20 máquinas, software e projetor multimídia.
01	Laboratório de Estudos de Informática	Com computadores, para apoio ao desenvolvimento de trabalhos por alunos

## 9.1. BIBLIOTECA

A Biblioteca deverá operar com um sistema completamente informatizado, possibilitando fácil acesso via terminal ao acervo da biblioteca. O sistema informatizado propicia a reserva de exemplares cuja política de empréstimos prevê um prazo máximo de 14 (catorze) dias para o aluno e 21 (vinte e um) dias para os professores, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição. O acervo deverá estar dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso. Deve oferecer serviços de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados e ao acervo, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e visitas orientadas.

Deverão estar disponíveis para consulta e empréstimo, numa proporção de 6 (seis) alunos por exemplar, no mínimo, 3 (três) dos títulos constantes na bibliografia básica e 2 (dois) dos títulos constantes na bibliografia complementar das disciplinas que compõem o curso, com uma média de 5 exemplares por título.

AUTOR	TÍTULO	EDIÇÃO	ANO
Perrenoud, Philippe	10 novas competências para ensinar: convite à viagem		2000
Morin, Edgar	A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento	17. ed.	2010
Koch, Ingedore G. Villaça	A coerência textual	17. ed.	2009
Koch, Ingedore Grunfeld Villaça	A coesão textual	21. ed.	2009
Hernández, Fernando	A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio	5. ed.	1998
Ramos, Marise Nogueira	A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?	3. ed.	2006
Zabala, Antoni	A prática educativa: como ensinar		1998
Paro, Vitor Henrique	Administração escolar: introdução crítica	15. ed.	2008
Barbosa, Alexandre	Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula	3. ed.	2009
Chauí, Marilena de Sousa	Convite à filosofia	13. ed.	2009
Moreira, Antônio Flávio	Currículo, cultura e sociedade	11. ed.	2009
Saviani, Dermeval	Da nova LDB ao Fundeb: por uma outra política educacional	3. ed.	2008
Soares, Leôncio	Diálogos na educação de jovens e adultos	2. ed.	c2005
Libâneo, José Carlos	Didática		1994
Cordeiro, Jaime	Didática: contexto educação		2009
Fazenda, Ivani Catarina	Didática e interdisciplinaridade	13. ed.	2008

Arantes			
Comenius, Johann Amos	Didática magna	3. ed.	2006
Martins, Pura Lúcia Oliver	Didática teórica/didática prática: para além do confronto	9. ed.	2008
Gutiérrez, Francisco	Ecopedagogia e cidadania planetária	4. ed.	2008
Gadotti, Moacir	Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta	10. ed.	2008
Libâneo, José Carlos	Educação escolar: políticas, estrutura e organização	7. ed.	2009
Dornelas, José Carlos Assis	Empreendedorismo: transformando ideias em negócios	3. ed.	2008
Carvalho, Anna Maria Pessoa de	Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média		2005
Paro, Henrique Vitor	Escritos sobre educação	1. ed.	2001
Aranha, Maria Lucia de Arruda	Filosofia da educação	3. ed.	2006
Kupfer, Maria Cristina	Freud e a educação: o mestre do impossível	3. ed.	2007
Davies, Nicholas	Fundeb: a redenção da educação básica?		20083
Ferreira, Naura Syria Carapeto	Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos	7. ed.	2009
Fialho, Francisco Antonio Pereira	Gestão da sustentabilidade na era do conhecimento		2008
Ferreira, Naura Syria Carapeto	Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios	6. ed.	2008
Paro, Vitor Henrique	Gestão democrática da escola pública	3. ed.	2008
Hora, Dinair Leal da	Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva	15. ed.	2009
Ferreira, Ademir Antonio	Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias evolução e tendências da moderna administração de empresas		2009
Oliveira, Romualdo Portela de	Gestão, financiamento e direito à educação: análise da Constituição Federal e da LDB	3. ed.	2007
Aranha, Maria Lucia de Arruda	História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil	3. ed.	2006
Braick, Patrícia Ramos	História das cavernas ao terceiro milênio	3. ed.	2007
Vicentino, Cláudio	História para o ensino médio: história geral e do Brasil	3. ed.	2008
Faria, Ana Lúcia G. de	Ideologia no livro didático	16. ed.	2008
Stainback, Susan	Inclusão: um guia para educadores		1999
Marcondes, Danilo	Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein	13. ed.	2010
Goleman, Daniel	Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente	10. ed.	2007
Ghiraldelli Júnior, Paulo	Introdução à filosofia		2003
Chaui, Marilena	Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles	2. ed.	2002
Trindade, Sérgio Luiz Bezerra	Introdução à história do Rio Grande do Norte		2007
Koch, Ingedore Grunfeld Villaça	Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas	2. ed.	2009
Koch, Ingedore Grunfeld Villaça	Ler e compreender os sentidos do texto	3. ed.	2010
Veiga, Ilma Passos Alencastro	Lições de didática	3. ed.	2008
Fiorin, José Luiz	Lições de texto: leitura e redação	5. ed.	2006
Nicola, José de	Literatura brasileira: das origens aos nossos dias	17. ed.	2007
Dante, Luiz Roberto	Matemática: contexto e aplicações: volume único	3. ed.	2009
Brandão, Antonio Carlos	Movimentos culturais de juventude	2.ed.	2004
Lívia De Tommasi	O banco mundial e as políticas educacionais	5. ed.	2007
Shafer, R. Murray	O ouvido pensante		1991
Covre, Maria de Lourdes Manzini	O que é cidadania		2006
Santos, José Luiz dos	O que é cultura		2006
Arantes, Antonio Augusto	O que é cultura popular		2006
Rosenfield, Denis L.	O que é democracia		2007
Valls, Álvaro L. M.	O que é ética		2008
Brandão, Carlos Rodrigues	O que é folclore		2006
Alfonso-Goldfarb, Ana Maria	O que é história da ciência		2004
Chaui, Marilena de Souza	O que é ideologia	2. ed.	2008
Martins, Maria Helena	O que é leitura		2007
Luyten, Joseph M.	O que é literatura de cordel		2007
Lebrun, Gérard	O que é poder	5. ed.	2004
Doyle, conan	Para gostar de ler: histórias de detetive	9. ed.	2003
Freire, Paulo	Pedagogia do oprimido	49. ed.	2010
Goulart, Iris Barbosa	Piaget: experiências básicas para utilização pelo professor	25. ed.	2009
Gemerasca, Maristela P.	Planejamento participativo na escola: o que é e como se faz	4. ed.	2008
Dourado, Luiz Fernandes	Políticas públicas & educação básica		2001
Cabral Neto, Antônio	Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais		2007

Oliveira, Elvira Fernandes de Araujo	Primeiros passos da iniciação científica		2004
Veiga, Ilma Passos Alencastro	Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível	26. ed.	2009
Carpigiani, Berenice	Psicologia: das raízes aos movimentos contemporâneos	3. ed.	2010
Goulart, Iris Barbosa	Psicologia da Educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica	15. ed.	2009
Veiga, Ilma Passos Alencastro	Repensando a didática	27. ed.	2009
Candau, Vera Maria	Rumo a uma nova didática	19. ed.	2008
Maia, Lerson Fernando dos Santos	Trabalhos acadêmicos: princípios, normas e técnicas		2005
Hernández, Fernando	Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho		1998
Rego, Teresa Cristina	Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação	20. ed.	2009

## 10. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo docente deverá ser constituído por professores especialistas ou de reconhecida capacidade técnico-profissional, sendo que 50% (cinquenta por cento) destes, pelo menos, deverão apresentar titulação de mestre ou de doutor obtido em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação.

Os Quadros 7 e 8 descrevem, respectivamente, o pessoal docente e técnico-administrativo, necessários ao funcionamento do Curso, tomando por base o desenvolvimento simultâneo de uma turma para cada período do curso, correspondente ao Quadro 1.

Quadro 7 – Pessoal docente necessário ao funcionamento do curso.

Descrição	Qtde.
Professor com pós-graduação <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> na área de Educação, Ciências Sociais e/ou Ciências Humanas.	10
<b>Total de professores necessários</b>	<b>10</b>

Quadro 8 – Pessoal técnico-administrativo necessário ao funcionamento do curso.

Descrição	Qtde.
<b>Apoio Técnico</b>	
Profissional de nível superior na área de Pedagogia, para assessoria técnica ao coordenador de curso e professores, no que diz respeito às políticas educacionais da instituição, e acompanhamento didático pedagógico do processo de ensino aprendizagem.	01
Profissional técnico de nível médio/intermediário na área de informática para manter, organizar e definir demandas dos laboratórios de apoio ao Curso.	01
<b>Apoio Administrativo</b>	
Profissional de nível médio/intermediário para prover a organização e o apoio administrativo da secretaria do Curso.	01
<b>Total de técnicos-administrativos necessários</b>	<b>03</b>

Além disso, é necessária a existência de um professor Coordenador de Curso, com pós-graduação *stricto sensu* na área de Educação do Campo e/ou Educação de Jovens e Adultos, responsável pela organização, decisões, encaminhamentos e acompanhamento do Curso.

## 11. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Após a integralização das disciplinas que compõem o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Organização e Gestão Escolar para as Modalidades de Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos e da defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, será conferido ao egresso o Certificado de **Especialista em Organização e Gestão Escolar para as Modalidades de Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos.**



## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Severina Garcia. **Assentamentos rurais: trajetórias dos trabalhadores assentados e cultura política**. Natal: EDUFRN, 2005.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20/12/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.892 de 29/12/2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

BRASIL. **Carta do Rio Grande do Norte para a Educação do Campo**. Natal: MEC/SECAD, 2005.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: MEC/SECAD, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução**. 3. ed. Brasília: MEC/SEF, 2001.

BRASIL. **Referências para uma política Nacional de Educação do Campo**. Brasília: MEC/SECAD, 2004.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27.833-27.841.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. **Estudo Propositivo do território do Mato do Grande/RN**. Natal: SDT, 2005a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Secretaria Executiva/Assessoria de comunicação social. Brasília, 2007a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília, 2007b.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto de reestruturação curricular**. Natal: CEFET-RN, 1999.

\_\_\_\_\_. **Projeto político-pedagógico do CEFET-RN: um documento em construção**. Natal: CEFET-RN, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CES nº 01/2007, de 08/06/2007**. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pósgraduação lato sensu, em nível de especialização. Brasília/DF: 2007.

RIO GRANDE DO NORTE. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DO MATO GRANDE – RN**. [S.l.]: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2006.

GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GADOTTI, Moacir. **A gestão democrática na escola para jovens e adultos**: idéias para tornar a escola pública uma escola de EJA. *I Encontro de Reflexão sobre a Reestruturação e Reorientação Curricular da Educação de Jovens e Adultos* março de 2003. In: ENCONTRO DE REFLEXÃO SOBRE A REESTRUTURAÇÃO E REORIENTAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, 1., 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2003, p. 1-5.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

PAULA, Hiramisis Paiva. **Educação e sustentabilidade**: assentamento Maria da Paz – João Câmara/RN. Natal, 2005. 297 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

## ANEXO I – EMENTAS E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS

### DISCIPLINAS

#### 1. TERRITÓRIO, IDENTIDADE E CIDADANIA – CH: 30 horas.

**EMENTA:** Uma plena efetivação de políticas educacionais voltadas para o homem do campo passa pelo entendimento do território enquanto uma dimensão da cidadania. Nesse sentido, a cidadania não ficaria restrita somente ao fato de se ter acesso à educação, dado que o território incorpora diversos outros elementos da realidade social, tais como a compreensão das peculiaridades e desigualdades existentes no campo, congregando o acesso ao trabalho, à moradia, à saúde e ao lazer, entre outros elementos que garantem a plena existência dos cidadãos.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

MOREIRA, Roberto José. (Org.). **Identidades sociais:** ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.  
MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território.** São Paulo: Expressão popular, 2007.  
SANTOS, Milton. **Espaço do Cidadão.** São Paulo, Edusp, 2008.  
ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste.** São Paulo: Ed. Atlas, 1986.  
GRZYBOWSKI, C. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In: Stédile (org.) **Reforma Agrária Hoje.** Porto Alegre:EDUFRGS, 1994.  
SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.  
TOURAINÉ, A. Os movimentos sociais. In: FORACHI, M, M (org.) **Sociologia e sociedade.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

#### 2. SEMINÁRIO DE PESQUISA I – CH: 30 horas.

**EMENTA:** tipologias e finalidades do trabalho acadêmico. Normas e procedimentos para produção e apresentação de trabalhos acadêmicos. Dinâmica de grupo.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Atlas, 1994.  
ASTI, V. **Metodologia da pesquisa científica.** Porto Alegre: Globo, 1983.  
KIDDER, L. (Org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** São Paulo: EPU, 1987.  
FACCINA, C, R.; PELUSO, L. A. **Metodologia científica:** o problema da análise social. São Paulo: Pioneira, 1984.

#### 3. DIRETRIZES E PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E DA EJA – CH: 30 horas.

**EMENTA:** histórico e marco político-pedagógico da Educação do Campo e da EJA. Diretrizes curriculares para a Educação de Jovens e Adultos e resoluções adjacentes. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e resoluções adjacentes. Políticas e programas para a Educação do Campo e para a EJA.

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

AZEVEDO, Janete M. Lins de Azevedo. **A educação como política pública:** polêmicas de nosso tempo. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.  
AZEVEDO, Márcio Adriano de. Política de educação do campo: concepções, processos e desafios. In: CABRAL NETO, Antônio; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; FRANÇA, Magna; QUEIROZ, Maria Aparecida de. **Pontos e contrapontos da política educacional:** uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Liber Livro, 2007.  
BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** 17. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.  
BRASIL. **Referências para uma política Nacional de Educação do Campo.** Brasília: MEC/SECAD, 2004.  
GADOTTI, M. O. O Mobral: a pedagogia do colonizador a serviço da dominação cultural IN: **Educação e poder. Introdução à pedagogia do conflito.** 14 ed. São Paulo, 2005, p. 101-104.  
HADDAD, Sérgio. A educação de pessoas jovens e adultas a nova LDB IN: BREZINSKI, I. (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.  
MOTA, Myriam Brechó; BRAICK, Patrícia Ramos. **História: das cavernas ao terceiro milênio.** São Paulo: Moderna, 1998.  
ROMÃO, J.E. **Educação de jovens e adultos:** o desafio do final do século. São Paulo: IPF, 1999. 36p. (Série "Cadernos de EJA", n. 5).  
SOUZA, João F. de. Lei de diretrizes e bases da educação nacional e a educação de jovens. **Revista de Educação AEC,** n. 108, p. 104-116, 1998.  
SOARES, Leôncio. O surgimento dos fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir. **Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil,** n. 17, p. 25-35, maio 2004.

#### 4. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO CONTEXTO DA EJA E DA EDUCAÇÃO DO CAMPO – CH: 30 horas.

EMENTA: aspectos conceituais, políticos, sociais e educacionais da alfabetização. A Função social da alfabetização e do letramento. Estudo dos processos de alfabetização e letramento. Concepções teórico-metodológicas do ensinar/aprender a linguagem escrita em um contexto de letramento, para o público da EJA na diversidade do campo.

##### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

- FERREIRO, Emília. **A Alfabetização de crianças na última década do século**. In: FERREIRO, Emília. Com todas as letras. Tradução de Maria Zilda da Cunha Lopes. São Paulo: Cortez, 1992.
- GERALDI, João Wanderley. **Linguagem e ensino: exercício de militância e divulgação**. Campinas: Mercado das letras, 1996.
- KLEIMAN, Ângela B. (Org). **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado de letras, 2003, Coleção letramento, Educação e Sociedade).
- ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia; LEAL, Telma Ferraz (Orgs). **A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento**. São Paulo: Autêntica, 2004, p.77-116 (EJA Estudos e Pesquisas).
- MOURA, Tânia Maria de Melo. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: Contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky**. 3ª Ed. Maceió: EDUFAL, 2004. 215p.
- \_\_\_\_\_. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.125p.
- TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 09-28 – (Coleção Questões da Nossa Época: v.47).
- VALE, M. José. **Educação de jovens e adultos: A construção da leitura e da escrita**. São Paulo: IPF, 2002. 64p.

#### 5. GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO E EJA – CH: 30 horas.

EMENTA: Histórico e marco político-pedagógico e administrativo da gestão democrática. Concepções de gestão na organização escolar e especificidades para a educação do campo e EJA. Mecanismos e bases da gestão democrática escolar.

##### REFERÊNCIAS:

- CABRAL NETO, Antônio. Política Educacional Brasileira: novas formas de gestão. In: Yamamoto, Oswaldo H.; CABRAL NETO, Antônio (Orgs.). **O Psicólogo e a Escola: uma introdução ao estudo da Psicologia no cotidiano escolar**. Natal, RN: EDUFRN, 2004.
- DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (Orgs.). **Políticas Públicas & Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.
- FERREIRA, Naura Syria C.; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Orgs.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- LIBÂNEO, J. C. **Democratização da Escola Pública: a Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos**. ? : Loyola, 1993.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. Educação e Planejamento: a escola como núcleo da gestão. In: \_\_\_\_\_. **Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.
- SHIROMA, Eneida Oto et al. **Política Educacional: o que você precisa saber**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

#### 6. PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E DIVERSIDADE – CH: 30 horas.

EMENTA: Diversidade socioeconômica, política e cultural dos povos do campo. Concepções, fundamentos e princípios do projeto político-pedagógico. Projeto pedagógico e construção da identidade dos sujeitos do campo e da EJA. Diretrizes para a elaboração do projeto político-pedagógico.

- CALDART, R.S. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, M.G.; CALDART, R.; MOLINA, C.M. (Org). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2005.
- JESUS, Sônia Meire Azevedo de; MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2004. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, 5).
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.
- MATOS, Kelma Socorro Lopes de. (Org.). **Movimentos sociais, educação popular e escola: a favor da diversidade**. Fortaleza: UFC, 2003.
- VEIGA, Ilma Passos Veiga; FONSECA, Marília. **As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Papirus, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. 10 ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- \_\_\_\_\_. Inovações e projeto-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Caderno Cedes**, v. 23, nº 61, Campinas, Dez, 2003.
- VEIGA, Ilma Passos A; RESENDE, Lúcia Maria G. (Org.). **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998.

## 7. ORGANIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E EJA – CH: 30 horas.

EMENTA: Discutir os mecanismos que orientam a formação de conselhos, analisando as possibilidades de atuação de seus participantes. Princípios metodológicos de organização dos conselhos do Campo e na EJA.

### REFERÊNCIAS:

- ABRANCHES, Mônica. **Colegiado escolar**: espaço de participação da comunidade. São Paulo: Cortez, 2003.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Participação social**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.
- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Tradução: Carmen C. Varriale et al. 11. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Os Conselhos de Educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, Naura Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. (Org.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- DAVIES, Nicolas. Conselhos do FUNDEF: a participação impotente. **Ensaio**: avaliação, políticas, públicas educacionais. Rio de Janeiro, v. 11, n. 41, p. 502-517, out./dez. 2003.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. (O Mundo, Hoje, v. 10)
- \_\_\_\_\_. **Educação Como Prática de Liberdade**. 26. ed. \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

## 8. COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E EJA – CH: 30 horas.

EMENTA: O papel do Coordenador Pedagógico na Escola da EJA no contexto do campo. A escola da EJA como lugar de aprender a aprender num processo de reflexão-ação. A função da coordenação pedagógica como um formador de professor na escola. O coordenador pedagógico como mediador do projeto pedagógico para a escola do campo e EJA.

### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

- ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2005. 102p. (Coleção Questões da Nossa Época; 103)
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de; VIEIRA, Marili M. da Silva. O coordenador pedagógico e a questão dos saberes. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACO, Vera Maria Nigro (Orgs.). **O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade**. São Paulo: Loyola, 2006. p.11-24.
- BEZERRA, Edneide da Conceição. **A tectura da ação do coordenador pedagógico da EJA**: saberes necessários à mediação do trabalho docente em alfabetização. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. 255 p.
- SAVIANI, Dermeval. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da idéia. In: FERREIRA, Naura Syria Capareto (Org). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade da formação à ação**. São Paulo: Cortez, 2006, p.13-38.
- SOARES, Leôncio José Gomes. **A formação inicial do educador de jovens e adultos**: um estudo da habilitação de EJA dos cursos de pedagogia. In: 30ª reunião da ANPED, 2007, Anais...Caxambu/MG. p.1-6.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 2. ed. São Paulo: Libertad, 2002. 213p.
- \_\_\_\_\_. **Planejamento**: projeto de ensino aprendizagem e projeto político-pedagógico. 16. ed. São Paulo: Libertad, 2006. 2005p.

## 9. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E EJA – CH: 30 horas.

**EMENTA:** A natureza do trabalho docente. Novas demandas educacionais para o trabalho docente face às mudanças no mundo do trabalho. As reformas educacionais e o reordenamento do trabalho docente no século XXI. A organização teórico-metodológica do trabalho docente em educação do campo e EJA: concepções de ensino e aprendizagem que fundamentam práticas pedagógicas em educação do campo e EJA, organização curricular, o planejamento do trabalho pedagógico, a avaliação do processo de ensino e aprendizagem. Práticas pedagógicas em educação do campo e EJA.

ANTONIO, Clésio Acilino; LUCINI, Marizete. Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação. **Caderno CEDES**, vol.27, n.72, Campinas May/Aug., 2007.

ANTONIO, C.A.; OSBI, R.C.S. O currículo das escolas do campo: reflexões sobre experiências com temas geradores. In: ANTONIO, C.A. et al. (Org.). **Identidade profissional, conhecimento e práticas educativas**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 138-148.

BASSO, Itacy Salgado. Significado e sentido do trabalho docente. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 44, abr./1998.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; LEÃO, Geraldo. **Quando a diversidade interroga a formação docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ESTEVE, José M. Mudanças sociais e função docente. In: Nóvoa, Antônio (Org.). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

QUELUZ, Ana Gracinda; ALONSO, Myrtes. **O trabalho docente: teoria e prática**. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2003.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Tradução de Ernani F. da Rosa. Porto alegre: Artmed, 2000.

## 10. SEMINÁRIO ESPECIAL: TRABALHO E PESQUISA NO CAMPO COMO PRINCÍPIOS EDUCATIVOS – CH: 30 horas.

**EMENTA:** Trabalho e pesquisa no campo como princípios educativos.

**REFERÊNCIAS:**

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: BOMTEMPO, 2000.

BENJAMIN, César. Um Projeto Popular para o Brasil. In: BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salet. **Projeto Popular e Escolas do Campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2000. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, 3).

COUTO FILHO, Victor de Athayde. (Coord.). Agricultura familiar no Nordeste: pluriatividade e alternâncias tecnológicas de produção. **Colóquio de Ciências Sociais da UFRN: Política e existência**. Natal: UFRN, 2005. Mesa redonda realizada em 24 nov. 2005.

KUENZER, Acácia. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. **Boletim técnico do Senac**, Rio de Janeiro, vol. 28, n. 2, p. 3-11, maio/ago. 2002.

## 11. SEMINÁRIO DE PESQUISA II – CH: 20 horas.

**EMENTA:** Orientações, padronização e normatizações técnicas para a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

**REFERÊNCIAS:**

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1994.

MARTINS, G. de A. **Manual de elaboração de monografias**. São Paulo: Atlas, 1992.

SÁ, I. B. de. **Apresentação de trabalho acadêmico**. Recife: UFPE, 1982.

TRUJILLO, A. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. (p. 17-44)

.FINI, Maria Inês. Sobre a pesquisa qualitativa em educação. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiane & SPOSITO, Vitória Helena Cunha. *Pesquisa qualitativa em educação*. 2 ed. Piracicaba: UNIMEP, 1997.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. de. *Pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: EPU,

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Introdução – O desafio do conhecimento. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7 ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1999. (P. 9-36)

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2003.

GIL, Antonio Carlos. *Método e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo :Atlas,2006

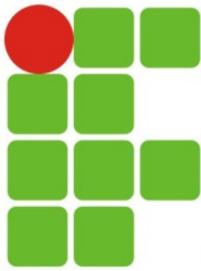
QUIVY, Raymond: *Campenhoudt, Lucvan. Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 1988

## **12. TCC (projeto de intervenção pedagógica ou produção de material didático) – CH: 40 horas**

EMENTA: Elaboração de projeto de intervenção teórico-prático em EJA com enfoque na educação do campo ou produção de material didático-pedagógico para a modalidade de EJA no campo.

### **TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

O TCC compreende um projeto de pesquisa-intervenção (individual) ou material didático voltado para a área específica do curso, podendo este ser em dupla, com foco num determinado problema e objeto de análise, podendo adotar as seguintes tipologias: livro impresso ou digital, produção de um suporte de ensino-aprendizagem (*software*, materiais pedagógicos, vídeo/DVD/CD) visando contribuir para os processos de organização e de gestão na educação do campo e na EJA. O TCC será apresentado a uma banca examinadora composta por três membros, sendo um professor integrante do grupo de professores orientadores e professores convidados, cujos critérios serão definidos pela coordenação do curso e professores envolvidos. Caso o estudante não obtenha a nota mínima de aprovação, o professor orientador, conjuntamente com o estudante, discutirá novas estratégias, para a condução da melhoria do trabalho, ficando reservados entre 15 a 20 dias úteis para a entrega do trabalho com as devidas correções. Deverão ser entregue 2 cópias, uma na forma eletrônica e a outra com encadernação à francesa, cor preta com letras douradas.



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
RIO GRANDE DO NORTE

*Projeto de Autorização de  
Funcionamento do Curso Pós-  
Graduação Lato Sensu em*

*Organização e Gestão Escolar  
para as Modalidades de  
Educação do Campo e  
Educação de Jovens e Adultos  
na modalidade Presencial*

*Campus: João Câmara*

[www.ifrn.edu.br](http://www.ifrn.edu.br)





*Projeto de Autorização de Funcionamento do  
Curso Pós-Graduação Lato Sensu em  
Organização e Gestão Escolar  
para as Modalidades de  
Educação do Campo e Educação  
de Jovens e Adultos  
na modalidade Presencial*

*Campus: João Câmara*

Projeto pedagógico de curso aprovado pela Resolução Nº xx/20xx-CONSUP/IFRN, de xx/xx/20xx.  
Autorização de funcionamento concedida pela Resolução Nº xx/20xx-CONSUP/IFRN, de xx/xx/20xx

**Belchior de Oliveira Rocha**  
REITOR

**Anna Catharina da Costa Dantas**  
PRÓ-REITORA DE ENSINO

**Sonia Cristina Ferreira Maia**  
DIRETORA-GERAL DO CAMPUS JOÃO CÂMARA

**Renier Cavalcanti Dantas**  
CHEFE DO DEPARTAMENTO ACADÊMICO

## **SUMÁRIO**

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO</b>	<b>6</b>
<b>2. DADOS DO COORDENADOR DO CURSO</b>	<b>6</b>
<b>3. DESCRIÇÃO DA OFERTA</b>	<b>6</b>
<b>4. JUSTIFICATIVA DA OFERTA</b>	<b>6</b>
<b>5. DISCIPLINAS OPTATIVAS PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL</b>	<b>13</b>
<b>6. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS</b>	<b>25</b>
<b>7. BIBLIOTECA</b>	<b>29</b>
<b>8. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO</b>	<b>50</b>

## IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

O presente projeto solicita autorização de funcionamento para o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Organização e Gestão Escolar para as Modalidades de Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos, na modalidade presencial, no Campus João Câmara do IFRN, situado à BR 406, Km 73, nº 3500.

## DADOS DO COORDENADOR DO CURSO

O curso será coordenado pelo professor Márcio Adriano de Azevedo, integrante do quadro efetivo do IFRN sob matrícula SIAPE 1453564, regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, graduado/licenciado em Pedagogia, com pós-graduação *stricto sensu* em Educação.

## DESCRIÇÃO DA OFERTA

O curso funcionará com turmas no turno Diurno, com periodicidade Modular. O Quadro 1 descreve o número de vagas previstas por período de oferta.

Quadro 1 – Descrição da oferta do curso.

Período Letivo	Turno	Número de Vagas
2010.2	Diurno	40

## JUSTIFICATIVA DA OFERTA PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL

É fundamental que se implemente iniciativas voltadas à Educação do Campo e à Educação de Jovens e Adultos (EJA), de modo a contemplar aspectos da diversidade sócio-política e cultural dos sujeitos que moram, trabalham e estudam no campo, bem como a elevação da escolaridade com profissionalização no sentido de contribuir para a integração sociolaboral de um grande contingente de cidadãos cerceados no seu direito de cursar e de concluir a Educação Básica com qualidade social. Segundo o Projeto Saberes da Terra a universalização da educação básica é deve ser um dos principais objetivos das políticas de educação, sobretudo daquela que orientam as ações específicas para os sujeitos do campo, conforme respaldam as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002).

Grupos sociais historicamente desfavorecidos, que não se beneficiaram da expansão do sistema educacional verificada nas últimas três décadas, como jovens, adultos e idosos analfabetos ou com baixa escolaridade, afrodescendentes, populações do campo (agricultores familiares, indígenas, caiçaras, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas), crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, população prisional, adolescentes e jovens privados de liberdade e internos em instituições sócio-educativas são agora beneficiários de um conjunto de políticas voltadas a garantir o direito à educação para todos.

Nesse sentido, se constitui em importante iniciativa a proposta do Instituto Federal do Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) - Campus João Câmara, a oferta de Especialização

*Latu Sensu* em **Organização e Gestão Escolar** voltada às particularidades da Educação do Campo e da Educação de Jovens e Adultos, sobretudo em se tratando de atender ao público-alvo de uma região do Mato Grande – onde está situada a instituição – marcada por desafios político-pedagógicos, como o analfabetismo de crianças, jovens e adultos, principalmente aqueles que vivem nos assentamentos e nas comunidades rurais.

A região do Mato Grande é constituída por 15 municípios: Bento Fernandes, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso, Taipu, Touros, Caiçara do Norte, São Bento do Norte e Ceará-Mirim, tendo uma população de 203.507 habitantes, dos quais 98.128 residem na zona urbana e 105.379 residem no setor rural. São municípios caracterizados por uma população inferior a 10.000 habitantes, cujas matrizes socioeconômicas, políticas e culturais são predominantemente *rurais*<sup>3</sup>, conforme mostra o Plano de Desenvolvimento Sustentável do território do Mato Grande (RIO GRANDE DO NORTE, 2006). Estudos destacam que a região se destaca estrategicamente em sua geopolítica estratégica, visto que se localiza no ponto mais próximo do continente europeu, tendo, ainda, três dos principais eixos rodoviários do Estado, que convergem para a “[...] estrutura portuária e aeroviária de Natal, possibilitando o transporte de produtos em poucas horas para a Capital do Estado”. (BRASIL, 2005c, p. 16)

Mesmo apresentando uma posição estratégica, as perspectivas de desenvolvimento na Região são preocupantes, sobretudo no que concerne à dimensão socioeconômica, cujos dados apresentam uma determinada estagnação. Segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região (RIO GRANDE DO NORTE (2006), o índice de Desenvolvimento Humano do Mato Grande apresenta-se na média de 0,625, situando-se bem aquém do município do Natal (0,7873) e do Estado do Rio Grande do Norte (0,702). Essa situação provoca, entre outros problemas, uma tendência acentuada de migração dos trabalhadores locais para a região metropolitana de Natal. “Esta migração da população agrava os problemas urbanos da grande Natal, que já tem índices preocupantes de desemprego e carência de serviços básicos para a população” (RIO GRANDE DO NORTE, 2006, p. 7).

Quando se compara os indicadores da educação nos municípios que compõem a Região do Mato Grande com aqueles do município do Natal, capital do Estado, encontramos uma situação bastante adversa. “A realidade atual aponta uma População Ativa com baixo nível de escolarização, o que certamente dificultará a inserção no mercado de trabalho mais exigente em qualificação profissional” (RIO GRANDE DO NORTE, 2006, p. 7). As atividades econômicas da Região estão associadas ao comércio, ao extrativismo e à agropecuária, com predominante tendência a um “modelo de produção com base na grande propriedade, pois a concentração fundiária da região é muito alta” (RIO GRANDE DO NORTE, 2006, p. 8). Outra atividade que desempenhou um importante potencial para o Mato Grande

---

<sup>3</sup> “Um aspecto que não pode ser esquecido e que teve grande importância na reestruturação e ocupação espacial da região nos últimos anos é a política de reforma agrária, implementada pelos governos federal e estadual, através da estratégia de assentamentos rurais. O fato de o território estar inserido numa área historicamente de grande concentração fundiária motivou os movimentos sociais a realizarem uma forte ação na região que culminou com a desapropriação de muitas terras que foram convertidas em áreas de assentamentos de reforma agrária. Conforme informações contidas no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte, das 13.857 famílias assentadas pelo INCRA no Estado desde 1987, 34% delas foram para assentamentos localizados, principalmente, em João Câmara e Touros. Sabe-se, todavia, que a maioria desses assentamentos enfrenta sérias dificuldades para sua auto-sustentação, em virtude de praticar uma agricultura de baixos níveis educacionais e tecnológicos, resultando produtos de pequena densidade financeira e dependente do regime de chuvas, mas, mesmo assim, provocou alteração na dinâmica demográfica com repercussão mais significativa nas áreas rurais” (BRASIL, 2005c, p. 29-30).

foi a cultura do sisal<sup>4</sup>. Entretanto, com a queda de preços da fibra, no mercado internacional, ocorreu uma desvalorização, mas que ainda pode ser potencializada, pois o território detém grandes áreas com a cultura e pode ser uma alternativa viável na medida, conforme ressalta o Plano de Desenvolvimento Sustentável (IDEM). Ainda com referência aos potenciais econômicos, percebemos que são amplas as potencialidades da região, mas as dificuldades de comercialização “[...] tem sido o grande gargalo da produção familiar, pois a inserção da produção e agregação de valor dos produtos tem sido pequena, deixando a agricultura familiar cada vez mais descapitalizada” (RIO GRANDE DO NORTE, 2006, p. 10).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Mato Grande (RIO GRANDE DO NORTE, 2006), entre os desafios que se impõem à Região, pode-se destacar a concentração de terras; os minifúndios são insuficientes para as famílias sobreviverem; dificuldades de inserção dos produtos no mercado (comercialização); degradação ambiental; irregularidade climática; elevados índices de analfabetismo no meio rural; base social pouco organizada: pequeno número de organizações com atuação efetiva no território; baixo nível de associativismo; ingerência política; falta de integração institucional; migração da população rural para a zona urbana; falta de uma política adequada para preservação das sementes tradicionais; baixo índice de cobertura da Assistência Técnica Estatal; insuficiência de cursos profissionalizantes; falta de capacitação e de educação voltada para a Agricultura Familiar; entre outros.

Com relação às ameaças, percebemos que são enfatizadas: a burocracia no acesso ao crédito para Agricultura Familiar; falta de política agrícola e políticas de desenvolvimento rural; política de Crédito nem sempre adequada à realidade do Território; endividamento dos agricultores; sucateamento da Assistência Técnica; os governos municipais têm pouca credibilidade política e são ineficientes nos serviços básicos que oferecem; redução dos recursos públicos; linhas de crédito inadequado à realidade regional; entre outros. Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento Sustentável ressalta que as políticas públicas e iniciativas governamentais e não governamentais, bem como a sociedade civil organizada situa-se num contexto de enfretamento político, econômico, social e cultural, que exigem práticas e ressignificações no campo da gestão pública, estratégica, ambiental, de pessoas, de processos, entre outras, imprimindo a necessidade de maior conscientização ambiental; aproveitamento Tecnologia – cadeia produtiva estratégica; modernização/descentralização das estruturas políticas; ampliação e continuidade de financiamento; *financiamento em áreas de educação tecnológica/turismo*; emergências de novas instituições voltadas para o desenvolvimento regional; ampliação de editais para Projetos; ampliação do mercado para Agricultura Familiar através das feiras e da Central de Comercialização em Natal; consórcios entre Prefeituras para projetos estratégicos; ampliação do processo de formação em agroecologia e práticas de conservação do patrimônio natural do território; Linhas de Crédito do PRONAF e outras fontes; turismo rural, etc. Um estudo propositivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2005c) já sinalizava sobre esses enfretamentos em torno da Região do Mato Grande, ressaltando, inclusive, a necessidade de se dinamizar e de implementar ações de capacitação em gestão de projetos produtivos, de fortalecimentos dos mecanismos de participação e da existência de

---

<sup>4</sup> “O sisal foi outra importante atividade econômica até o início dos anos 70, vindo a região do Mato Grande a ser a principal produtora dessa fibra e a cidade de João Câmara seu grande pólo de beneficiamento e comercialização. Mas, questões de mercado determinaram seu declínio e estagnação. As crises sucessivas do algodão e do sisal foram sempre ligadas às conjunturas do mercado internacional e às políticas econômicas, muitas vezes

núcleos em educação, ciência e tecnologia. O estudo mostra também que essa dinamização exige “diferentes formas de gestão praticadas, sejam associativas ou de controle social via conselhos. Verificamos que a fragilidade desses mecanismos tem obstaculizado o desenvolvimento local” (BRASIL, 2005c, p. 79).

A educação rural, no Brasil, historicamente, é marcada por uma profunda negação de direitos e os segmentos da população a qual se destina não participam das decisões que poderiam possibilitar voltar para um projeto compatível com sua identidade sociocultural. Nas últimas décadas, a educação para esses segmentos foi submetida à estratégia político-ideológica por parte do Estado, orientada por agentes financiadores externos, ligados aos interesses do latifúndio e do agronegócio. A reforma educativa dos anos de 1990, no contexto da América Latina e Caribe e, em particular, no Brasil, provocou transformações nas políticas de educação, que norteadas por compromissos internacionais – Jomtien e outros –, objetivavam imprimir uma concepção de educação pautada nos interesses do capital.

No mesmo contexto educacional, os movimentos sociais articularam-se, em nível nacional, e desencadearam um grande debate em torno de um projeto de educação que considerasse a pluralidade e as especificidades dos sujeitos que vivem e continuam resistindo para morar no campo, visando a construir uma identidade própria de educação, intitulada por seus propositores como a *Educação do Campo*, fundamentando alguns princípios e concepções pedagógicas para a educação especificamente nesse setor, como o respeito à diversidade cultural e necessidades específicas do fazer pedagógico dos seus sujeitos. Nessa perspectiva, elaboraram-se as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovadas em 2002, pelo MEC/CNE e, assim,

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social com as realizações da sociedade humana (BRASIL, 2002, p. 4-5).

A partir desse momento, as discussões têm optado por suprimir o termo *educação rural* – quando se alude ao espaço geográfico –, para que se enfatize também a importância dos sujeitos do campo, em sua dinâmica e interações, como orienta o referido documento. No contexto da reforma educativa brasileira, nos anos de 1990, a aprovação da LDB, Lei nº 9.394/96, apresentou particularidades na organização da educação do campo, criando espaço para um debate específico, apesar de muitas questões ainda não estarem definidas na maioria dos projetos pedagógicos quanto às particularidades das escolas situadas no campo, o que não é diferente para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Sobre essa particularidade, percebemos que as diretrizes curriculares nacionais para essa modalidade, tratam de princípios que devem nortear a organização e os processos de gestão e de ensino-aprendizagem, a saber:

---

desfavoráveis à produção interna, ao mesmo tempo em que 50 facilitavam as importações do exterior” (BRASIL, 2005, p. 50).

Princípio da Equidade (a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação).

Princípio da Diferença (a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores).

Princípio da Proporcionalidade (a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da EJA com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica).

Proposição de Modelo Pedagógico Próprio (apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais).

Para Gadotti (2003) a escola atual não foi pensada como “*Escola de EJA*”, pois geralmente *não apresenta*: a) *uma estrutura adequada*; b) *um projeto político-pedagógica que inclua a EJA*; c) *uma concepção de EJA que estabeleça a sua especificidade não como uma carência* (“suplência”) de algo, mas como uma “modalidade de educação básica”. Segundo o autor, é preciso também tempo para promover as mudanças necessárias a superação do modelo vertical de se conceber a gestão escolar. Ademais, para que as escolas possam aderir voluntariamente, com autonomia, precisam ser respeitadas. *democracia é respeito, é levar em conta as pessoas e o que elas fizeram e fazem. É respeitar o que já existe, a experiência de cada um*” (GADOTTI, 2003, p. 2). Além de observar essas particularidades, o curso de Especialização e Gestão e Organização Escolar para a Educação do Campo e EJA ainda considerará as concepções expressas no Projeto *Saberes da Terra*, quais sejam:

**Educação do campo** - Um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em todos os níveis, incluindo a modalidade educação de jovens e adultos compõem o documento Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (CNE/CEB,2002). O art. 2º, § Único apresenta uma compreensão de educação do campo que vincula a identidade da escola à valorização da vida camponesa, o que significa construir um paradigma solidário e sustentável nas relações entre a educação, agricultura familiar e os demais aspectos produtivos e culturais dos povos do campo. Como se vê, as Diretrizes incentivam a construção de projetos institucionais das escolas do campo que devam ser a “expressão do trabalho compartilhado” e constituindo-se num “espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho”, a fim de se buscar um “desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável” das práticas sociais dos povos do campo’. (art. 4º).

**Educação de jovens e adultos** – O documento Marco de Ação de Belém, documento síntese da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA VI apóia a definição de educação de adultos inicialmente prevista na *Recomendação de Nairobi sobre o Desenvolvimento da Educação de Adultos* de 1976 e elaborada na *Declaração de Hamburgo* de 1997, qual seja, a educação de adultos engloba “todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas adultas pela



sociedade desenvolvem suas capacidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, ou as re-direcionam, para atender suas necessidades e as de sua sociedade".

Assim, tendo como referência os motivos que justificam e respaldam essa proposta, é importante mencionar ainda que a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* é um dos objetivos institucionais, conforme previsto na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que cria a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

## **DISCIPLINAS OPTATIVAS PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL**

O conteúdo programático do curso se sustenta na concepção de formação em nível de especialização *Latu Sensu* e foi definido a partir de amplas disciplinas/eixos curriculares consideradas fundamentais para conformar e garantir a concepção do curso, coerentemente com a proposta filosófica e pedagógica para a qual se volta. Um curso dessa natureza na forma de especialização é regulado por normatizações da SESU (Secretaria de ensino Superior), do CNE (Conselho Nacional de Educação), Resolução nº. 1, de 8 de junho de 2007, da CAPES(Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e do INEP (Sistema de informações, pesquisas e estatísticas educacionais) , sendo a observância a essas normas condição necessária para assegurar a titulação dos participantes, e por concepções de formação que orientam o currículo e as formas de desenvolvê-lo.

Assim, parte-se do princípio de que professores/estudantes são profissionais em atividade laboral no campo, cuja ação pedagógica produz, continuamente, conhecimentos sobre a realidade escolar, os alunos e seus modos de aprenderem, sobre as formas de ser professor em cada nível/modalidade de ensino e sobre como essa identidade profissional constitui o sujeito professor. Desse modo, *trabalho* emerge como princípio educativo, por ser ele delineador de sujeitos professores e alunos que ao se formarem, transformam a si e ao mundo. Os conhecimentos adquiridos na prática do trabalho pedagógico precisam, portanto, emergir para serem valorizados, dialogando com as abordagens dos componentes curriculares do curso, para poderem ser ressignificadas e apreendidos novamente pelos sujeitos professores-aprendizes, subsidiando mudanças na continuidade da ação pedagógica.

Assim, propõe-se que o conteúdo programático contemple tanto as dimensões teórico-conceituais quanto os métodos de pesquisa próprios de cada campo da ciência, criando a possibilidade de realização de exercícios de investigação, que possibilitem a aplicação de aspectos conceituais nas práticas pedagógicas a serem desenvolvidas. As disciplinas visam possibilitar aos cursistas a apreensão e aplicabilidade teórico-metodológica que fundamentam a organização e gestão escolar específicas à educação do campo e a EJA.

## **INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS**

O Quadro 2 a seguir apresenta a estrutura física disponível para o funcionamento do Curso no Campus João Câmara do IFRN. Os quadros 3 a 5 apresentam a relação detalhada dos equipamentos dos laboratórios existentes.

Quadro 2 – Quantificação e descrição das instalações disponíveis ao funcionamento do Curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Organização e Gestão Escolar para as Modalidades de Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos.

Qtde.	Espaço Físico	Descrição
12	Salas de Aula	Com 40 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.
01	Sala de Audiovisual	Com 60 cadeiras, projetor multimídia, computador, lousa interativa, televisor 29", DVD player.
01	Auditório	Com 160 lugares, projetor multimídia, notebook, sistema de caixas acústicas e microfones.
01	Biblioteca	Com espaço de estudos individual e em grupo, equipamentos específicos e acervo bibliográfico e de multimídia. Quanto ao acervo da biblioteca deve ser atualizado com no mínimo cinco referências das bibliografias indicadas nas ementas dos diferentes componentes curriculares do curso.
02	Laboratório de Informática	Com 25 máquinas, software e projetor multimídia.
01	Laboratório de Informática - Manutenção de Microcomputadores	Com 25 máquinas, software e projetor multimídia.
01	Laboratório de Informática - Laboratório de Redes	Com 21 máquinas, software e projetor multimídia.
01	Laboratório de Línguas estrangeiras	Com 40 carteiras, projetor multimídia, computador, televisor 29", DVD player, som amplificado.
01	Laboratório de Biologia	Com bancadas de trabalho, equipamentos e materiais específicos.
01	Laboratório de Química	Com bancadas de trabalho, equipamentos e materiais específicos.
01	Laboratório de Física	Com bancadas de trabalho, equipamentos e materiais específicos.
01	Laboratório de Matemática	Com bancadas de trabalho, equipamentos e materiais específicos.
01	Laboratório de Estudos de Informática	Com computadores, para apoio ao desenvolvimento de trabalhos por alunos
01	Laboratório de Ciências	Com 40 carteiras, projetor multimídia e computador.

Quadro 3 – Equipamentos do Laboratório de Informática I.

Laboratório: de Informática I		Área (m <sup>2</sup> )	m <sup>2</sup> por estação	m <sup>2</sup> por aluno
		40	2	2
<b>Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)</b>				
<b>Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)</b>				
Qtde.	Especificações			
25	Computadores AMD Athlon X2, 2GB, HD 160 GB, Gravador de DVD, Kit multimídia, Monitor LCD 17"			
12	Filtros de linha			
1	Projetor			
1	Quadro branco			
1	Estabilizador de 7Kva			

Quadro 4 – Equipamentos do Laboratório de Informática II.

Laboratório: de Informática II		Área (m <sup>2</sup> )	m <sup>2</sup> por estação	m <sup>2</sup> por aluno
		40	2	2
<b>Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)</b>				
<b>Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)</b>				
Qtde.	Especificações			
25	Computadores AMD Athlon X2, 2GB, HD 160 GB, Gravador de DVD, Kit multimídia, Monitor LCD 17"			
13	Filtros de linha			
1	Projetor			
1	Quadro branco			
1	Estabilizador de 7Kva			

Quadro 5 – Equipamentos do Laboratório Estudos de Informática - Estudos de Informática.

Laboratório: de Informática-Estudos de Informática		Área (m <sup>2</sup> )	m <sup>2</sup> por estação	m <sup>2</sup> por aluno
		55	2	2
<b>Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)</b>				
<b>Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)</b>				
Qtde.	Especificações			
17	Computadores AMD Athlon X2, 2GB, HD 160 GB, Gravador de DVD, Kit multimídia, Monitor LCD 17"			
9	Filtros de linha			
1	Estabilizador de 7Kva			

## BIBLIOTECA

A Biblioteca apresenta a seguinte estrutura física: Recepção / Balcão de atendimento; Guarda-volume; Espaço climatizado; Sala do Bibliotecário (a); Sala para estudo individualizado; Salão para estudo em grupo (7 mesas); Área livre ao acervo (referências, livros e periódicos); Terminal de consultas; Processos técnicos; Sistema de segurança do acervo. Com os seguintes serviços: Empréstimo, devolução e renovação; Orientação na normalização de trabalhos acadêmicos e técnicos de acordo com a ABNT; Orientação bibliográfica; Elaboração de ficha catalográfica; Visitadas orientadas; Acervo informatizado - SIABI (Sistema de Automação de Bibliotecas); Reserva de exemplares e renovação de livros pela Internet.

O Quadro 6 a seguir detalha a descrição e quantitativo de títulos em educação (bibliografia básica e complementar) disponíveis na biblioteca para funcionamento do curso.

Quadro 6 – Acervo bibliográfico em educação disponível na Biblioteca para funcionamento do curso.

AUTOR	TÍTULO	EDIÇÃO	ANO	QTE
Perrenoud, Philippe	10 novas competências para ensinar: convite à viagem		2000	03
Morin, Edgar	A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento	17. ed.	2010	05
Koch, Ingedore G. Villaça	A coerência textual	17. ed.	2009	03
Koch, Ingedore Grunfeld Villaça	A coesão textual	21. ed.	2009	03
Hernández, Fernando	A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio	5. ed.	1998	11
Ramos, Marise Nogueira	A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?	3. ed.	2006	05
Zabala, Antoni	A prática educativa: como ensinar		1998	05
Paro, Vitor Henrique	Administração escolar: introdução crítica	15. ed.	2008	02
Barbosa, Alexandre	Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula	3. ed.	2009	05

Chauí, Marilena de Sousa	Convite à filosofia	13. ed.	2009	05
Moreira, Antônio Flávio	Currículo, cultura e sociedade	11. ed.	2009	05
Saviani, Dermeval	Da nova LDB ao Fundeb: por uma outra política educacional	3. ed.	2008	05
Soares, Leôncio	Diálogos na educação de jovens e adultos	2. ed.	c2005	05
Libâneo, José Carlos	Didática		1994	05
Cordeiro, Jaime	Didática: contexto educação		2009	05
Fazenda, Ivani Catarina Arantes	Didática e interdisciplinaridade	13. ed.	2008	10
Comenius, Johann Amos	Didática magna	3. ed.	2006	03
Martins, Pura Lúcia Oliver	Didática teórica/didática prática: para além do confronto	9. ed.	2008	05
Gutiérrez, Francisco	Ecopedagogia e cidadania planetária	4. ed.	2008	04
Gadotti, Moacir	Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta	10. ed.	2008	05
Libâneo, José Carlos	Educação escolar: políticas, estrutura e organização	7. ed.	2009	03
Dornelas, José Carlos Assis	Empreendedorismo: transformando ideias em negócios	3. ed.	2008	03
Carvalho, Anna Maria Pessoa de	Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média		2005	03
Paro, Henrique Vitor	Escritos sobre educação	1. ed.	2001	05
Aranha, Maria Lucia de Arruda	Filosofia da educação	3. ed.	2006	05
Kupfer, Maria Cristina	Freud e a educação: o mestre do impossível	3. ed.	2007	05
Davies, Nicholas	Fundeb: a redenção da educação básica?		2008	03
Ferreira, Naura Syria Carapeto	Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos	7. ed.	2009	03
Fialho, Francisco Antonio Pereira	Gestão da sustentabilidade na era do conhecimento		2008	05
Ferreira, Naura Syria Carapeto	Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios	6. ed.	2008	05
Paro, Vitor Henrique	Gestão democrática da escola pública	3. ed.	2008	05
Hora, Dinair Leal da	Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva	15. ed.	2009	03
Ferreira, Ademir Antonio	Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias evolução e tendências da moderna administração de empresas		2009	03
Oliveira, Romualdo Portela de	Gestão, financiamento e direito à educação: análise da Constituição Federal e da LDB	3. ed.	2007	05
Aranha, Maria Lucia de Arruda	História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil	3. ed.	2006	05
Braick, Patrícia Ramos	História das cavernas ao terceiro milênio	3. ed.	2007	05
Vicentino, Cláudio	História para o ensino médio: história geral e do Brasil	3. ed.	2008	05
Faria, Ana Lúcia G. de	Ideologia no livro didático	16. ed.	2008	05
Stainback, Susan	Inclusão: um guia para educadores		1999	05
Marcondes, Danilo	Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein	13. ed.	2010	05
Goleman, Daniel	Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente	10. ed.	2007	05
Ghiraldelli Júnior, Paulo	Introdução à filosofia		2003	08
Chauí, Marilena	Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles	2. ed.	2002	05
Trindade, Sérgio Luiz Bezerra	Introdução à história do Rio Grande do Norte		2007	01
Koch, Ingedore Grunfeld Villaça	Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas	2. ed.	2009	03
Koch, Ingedore Grunfeld Villaça	Ler e compreender os sentidos do texto	3. ed.	2010	03
Veiga, Ilma Passos Alencastro	Lições de didática	3. ed.	2008	05

Fiorin, José Luiz	Lições de texto: leitura e redação	5. ed.	2006	05
Nicola, José de	Literatura brasileira: das origens aos nossos dias	17. ed.	2007	05
Dante, Luiz Roberto	Matemática: contexto e aplicações: volume único	3. ed.	2009	05
Brandão, Antonio Carlos	Movimentos culturais de juventude	2.ed.	2004	05
Lívia De Tommasi	O banco mundial e as políticas educacionais	5. ed.	2007	05
Shafer, R. Murray	O ouvido pensante		1991	03
Covre, Maria de Lourdes Manzini	O que é cidadania		2006	02
Santos, José Luiz dos	O que é cultura		2006	02
Arantes, Antonio Augusto	O que é cultura popular		2006	02
Rosenfield, Denis L.	O que é democracia		2007	02
Valls, Álvaro L. M.	O que é ética		2008	02
Brandão, Carlos Rodrigues	O que é folclore		2006	02
Alfonso-Goldfarb, Ana Maria	O que é história da ciência		2004	02
Chaui, Marilena de Souza	O que é ideologia	2. ed.	2008	02
Martins, Maria Helena	O que é leitura		2007	02
Luyten, Joseph M.	O que é literatura de cordel		2007	02
Lebrun, Gérard	O que é poder	5. ed.	2004	02
Doyle, Conan	Para gostar de ler: histórias de detetive	9. ed.	2003	01
Freire, Paulo	Pedagogia do oprimido	49. ed.	2010	05
Goulart, Iris Barbosa	Piaget: experiências básicas para utilização pelo professor	25. ed.	2009	05
Gemerasca, Maristela P.	Planejamento participativo na escola: o que é e como se faz	4. ed.	2008	05
Dourado, Luiz Fernandes	Políticas públicas & educação básica		2001	02
Cabral Neto, Antônio	Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais		2007	05
Oliveira, Elvira Fernandes de Araujo	Primeiros passos da iniciação científica		2004	03
Veiga, Ilma Passos Alencastro	Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível	26. ed.	2009	05
Carpigiani, Berenice	Psicologia: das raízes aos movimentos contemporâneos	3. ed.	2010	05
Goulart, Iris Barbosa	Psicologia da Educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica	15. ed.	2009	05
Veiga, Ilma Passos Alencastro	Repensando a didática	27. ed.	2009	05
Candau, Vera Maria	Rumo a uma nova didática	19. ed.	2008	05
Maia, Lerson Fernando dos Santos	Trabalhos acadêmicos: princípios, normas e técnicas		2005	05
Hernández, Fernando	Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho		1998	05
Rego, Teresa Cristina	Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação	20. ed.	2009	05

## PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O pessoal docente para o funcionamento do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Organização e Gestão Escolar para as Modalidades de Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos no Campus João Câmara é descrito a seguir:

**Nome:** Márcio Adriano de Azevedo (Coordenador do curso)

**Maior Titulação Obtida:** Doutorado em Educação.

**Área:** Política e Gestão da Educação

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

**Nome:** Dante Henrique Moura  
**Maior Titulação Obtida:** Doutorado  
**Área:** Educação  
**Instituição:** Universidade Complutense de Madri - Espanha

**Nome:** Edneide da Conceição Bezerra  
**Maior Titulação Obtida:** Doutorado em Educação  
**Área:** Práticas pedagógicas e Currículo  
**Instituição:** UFRN

**Nome:** Lucrécio Araújo de Sá Júnior  
**Maior Titulação Obtida:** Doutorado em Linguística  
**Área:** Ciências da Linguagem  
**Instituição:** Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

**Nome:** Maria das Graças Baracho  
**Maior Titulação Obtida:** Mestrado  
**Área:** Educação  
**Instituição:** Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

**Nome:** Matheus Augusto Avelino Tavares  
**Maior Titulação Obtida:** Mestrado em Geografia  
**Área:** Dinâmica e reestruturação do território potiguar  
**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

**Nome:** Pauleany Simões de Moraes  
**Maior Titulação Obtida:** Mestrado em Educação  
**Área:** Política e Gestão da Educação  
**Instituição:** Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

**Nome:** Sônia Cristina Ferreira Maia  
**Maior Titulação Obtida:** Doutorado em Educação  
**Área:** Educação e Autoformação  
**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

**Nome:** Valcinete Pepino de Macêdo  
**Maior Titulação Obtida:** Mestrado em Educação  
**Área:** Política e Gestão da Educação  
**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

O Quadro 7 descreve o pessoal técnico-administrativo disponível para o funcionamento do Curso no Campus João Câmara.

Quadro 7 – Pessoal técnico-administrativo disponível para o funcionamento do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Organização e Gestão Escolar para as Modalidades de Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos. no Campus João Câmara.

Nome	Matrícula	Regime de trabalho	Cargo	Nível
Francisco Jeferson Sousa da Costa	1673844	40h	Tec. Laboratório	D-I
Iuri Charles da Silva Ataíde	1731894	40h	Tec. Laboratório	D-I
Jailson Luiz da Silva	1674233	40h	Tec. Laboratório	D-I
Jarson Alves Medeiros da Silva	1673863	40h	Tec. Laboratório	D-I
Luiz Carlos Domingos Batista	1674164	40h	Tec. Laboratório	D-I
Vitoriano Luis de Oliveira	1736955	40h	Tec. Laboratório	D-I
Antônio Fábio Guedes da Rocha	1674254	40h	Assist. em Administração	D-I
Gizelle Rodrigues dos Santos	1674240	40h	Assist. em Administração	D-I
Luciana Karine de Souza Sena	1674208	40h	Pedagoga	D-I